

CADERNOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Número 7 / Novembro 1988

Sumário

Agricultura e Agricultores

Vitor Coelho Barros / António Fragata <i>Agricultura minifundiária: que tecnologia?</i>	3
Maria Isabel R. T. Soares <i>Uma perspectiva económico-energética da agricultura portuguesa: análise de um paradoxo</i>	23
Maria Cristina Barbot Campos e Matos <i>As estratégias das pequenas explorações familiares</i>	35
Manuel Carlos Silva / Marga von Toor <i>Camponeses e patronos: o caso de uma aldeia minhota</i>	51
<hr/> Olhares Sobre a Ciência Económica <hr/>	
Ana Maria Bianchi / Fernando Montero / José Flávio Motta <i>A metodologia positivista na Ciência Económica: uma visão inquieta</i>	81
José Luís Cardoso <i>Algumas reflexões sobre objecto e método da História do Pensamento Económico</i>	97
Carlos Pimenta <i>Percurso teórico a propósito da inflação</i>	113
<hr/> Questões da Imigração Portuguesa <hr/>	
Albano Cordeiro <i>Uma inserção autocontrolada: o exemplo da Comunidade Portuguesa em França</i>	129
Albano Cordeiro <i>O reconhecimento de autonomias comunitárias</i>	133
Sérgio Lopes <i>Os emigrantes portugueses e as profissões de construção civil em França</i>	137
Augusto Santos Silva / Helena Santos <i>Um roteiro bibliográfico para o estudo do artesanato português</i>	143
Notícias	151



7

CAMPONESES E PATRONOS: O CASO DE UMA ALDEIA MINHOTA *

Manuel Carlos Silva ** / Marga von Toor ***

0. CAMPONESES E O 25 DE ABRIL DE 1974

A pouca atenção prestada ao «conservadorismo» dos camponeses, nomeadamente em Portugal, assim como o seu «recalcamento» teórico, levou-nos a debruçarmo-nos não só sobre a economia campesina como também sobre a acção sociopolítica dos seus actores sociais no campo.

Paulatinamente, já pelo contacto directo com os camponeses, já pela reflexão inspirada em alguns teóricos do campesinato, nos perguntámos, a certa altura, até que ponto a categoria «conservadorismo», com toda a sua carga política negativa aplicada aos camponeses, não seria afinal uma etiqueta pré-concebida, de cariz urbano, proveniente da racionalidade e política dominantes. Disto estamos hoje plenamente convencidos.

Contudo, tal convicção não obsta verificar que a acção do campesinato do Norte e Centro do país, vista histórica e objectivamente, redundou predominantemente em favor do bloco conservador, a qual se tornou decisiva na deslocação da relação de forças não só no pós 25 de Abril como em períodos diversos das formações sociais portuguesas contemporâneas⁽¹⁾.

Fixando-nos agora apenas no processo do pós 25 de Abril, poder-se-ia dizer que a vitória do MFA (Movimento das Forças Armadas) não fora contrariada pelos

* Uma versão resumida do presente artigo, constituído basicamente por extractos do nosso trabalho «Sobreviver e resistir como camponeses», Amesterdão, foi apresentado ao 1.º Congresso Português de Sociologia, Janeiro 1988. Agradecemos à Redacção dos Cadernos de Ciências Sociais e particularmente ao Prof. José Madureira Pinto o estímulo e a oportunidade da publicação.

** Sociólogo, Instituto de Sociologia da Universidade de Amesterdão.

*** Antropóloga, Centro Sociológico-Antropológico da Universidade de Amesterdão.

camponeses, sendo até recebida com certo alívio, logo que se aperceberam que os seus filhos, forçados a ir para a guerra colonial ou desterrados na Europa como refugiados, voltariam. Porém, contrariamente à dinâmica vivida nas sedes urbanas e nos campos do Sul, particularmente no Alentejo, reinava nas aldeias do Norte e Centro certa «apatia».

A instalação, pelo IV Governo Provisório, do SADA (Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Agrícola) e das Comissões Liquidatárias dos antigos (ex)-Grémios da Lavoura tropeçavam com a «inércia» dos camponeses. Estas Comissões Liquidatárias não conseguiram enraizar-se, de modo que os corporativos Grémios da Lavoura continuaram a funcionar como antigamente.

O Governo de Vasco Gonçalves decretou uma série de medidas⁽²⁾ que, objectivamente, eram favoráveis aos camponeses. Estes, porém, fazendo pouco ou nulo uso destas possibilidades legais, acabariam praticamente por não extrair daí qualquer benefício.

Visivelmente, a nível organizativo, só em Outubro de 1976 foi formada a primeira Liga de camponeses parcelares no Norte, e ainda esta graças à colaboração de alguns cidadãos progressistas organizados no MARN (Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte).

As poucas cooperativas de produção dos camponeses parcelares nortenhos (por exemplo, Cortiços, Barcouços), além da oposição e concorrência dos interesses privados, tinham de confrontar-se com a falta de apoio das populações circunvizinhas⁽³⁾.

A 5.ª divisão do MFA, encarregada das campanhas de «dinamização cultural», no campo, nomeadamente de alfabetização, viu-se igualmente emperrada pela resistência passiva dos camponeses. Tal fenómeno chegou a conduzir alguns militares⁽⁴⁾ à impaciência e, por vezes, ao desespero. Os intelectualizados discursos dos militares, estudantes e outros elementos progressistas do MDP/CDE sobre a liberdade política não encontravam eco no campesinato, sentindo-se aqueles incapazes de, a curto prazo, superar a «apatia» ideológica campesina, aliás de longa data enraizada.

Se as campanhas de «dinamização cultural» do MFA, de facto, pouco efeito mobilizador surtiram, já o mesmo não se poderá dizer das campanhas anticomunistas e antigovernamentais, as quais, eficazmente activadas por notáveis locais, viriam a mobilizar bastantes camponeses precisamente na altura da legalização das crescentes ocupações de fábricas e herdades latifundiárias no Sul (cf. decretos-leis 406/75 e 407A/75), inculcando-lhes a ideia de que a «ameaça comunista» poria igualmente em perigo não só o seu pedacinho de terra como eliminaria fisicamente os velhos, os padres e outras figuras influentes, retiraria as crianças do poder paternal e poria fim às práticas religiosas.

Foi neste contexto que teve lugar particularmente nas regiões do Norte e Centro uma série de levantamentos locais. Sedes de partidos políticos foram atacadas, saqueadas e incendiadas. Jornais que, reprovando semelhantes acções, publicassem no dia seguinte declarações dos partidos atingidos, eram queimados, tal como aconteceu a 13-7-1975 em Rio Maior. Destruíram-se automóveis e fizeram-se ameaças de morte a militantes do PCP e de outras organizações de Esquerda, algumas das

quais se concretizaram em perseguições e torturas, chegando mesmo a haver mortos, nomeadamente em Ponte do Lima e Ponte da Barca ⁽⁵⁾.

Nem todas as acções foram contudo obra exclusiva dum pequeno grupo de terroristas de ultra-direita, como frequentemente se ouve em certos círculos de Esquerda. Em muitas sublevações locais houve mesmo o apoio ou o assentimento passivo duma grande parte da população camponesa do Norte, a qual se sentia ferida pela negação do seu modo de existência, papel político e reivindicações.

Os partidos políticos de Direita nem sempre possuíram o completo controlo destas movimentações, mas os resultados acabariam por ir de encontro às suas estratégias.

Se os motins locais fossem apenas o resultado da acção de pequenos grupos terroristas, como se poderia então explicar que, apesar da «passividade», do isolamento e da fraca mobilidade geográfica dos camponeses, tivesse havido comícios e manifestações em Rio Maior, Viseu, Braga, Famalicão, na ordem das 10.000 a 60.000 pessoas? Porque é que os camponeses dirigiam os seus protestos contra o governo progressista de Vasco Gonçalves e contra os comunistas locais, que frequentemente se viam obrigados a fazer o seu trabalho político quase clandestinamente?

Repetidas vezes e particularmente nas eleições parlamentares de 1980, os partidos conservadores da Aliança Democrática (AD) (PPD/PSD, CDS e PPM), cuja força eleitoral coincidia, em grande parte, com a densa zona minifundiária, registaram um certo avanço e até reforço em detrimento do PS e do PCP/APU.

Já em 1976 o PPD/PSD e o CDS, juntos nas eleições autárquicas, tinham conseguido nos distritos do Norte 51% e nos do Centro 55% dos votos, perfazendo um total de 53% de representantes, enquanto o PS tinha obtido respectivamente 31% e 30% dos votos e 32% dos representantes. O PCP/FEPU não alcançara nesses mesmos distritos do Norte e Centro mais do que 10% e 8% dos votos respectivamente, o que se traduziria em 3% de representantes.

Em quase todas as aldeias do Norte e Centro, mais de 90% dos eleitores optaram por um determinado partido: raramente o PS (Coimbra, Leiria e Castelo Branco) e frequentemente o PPD/PSD ou CDS (Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda)⁽⁶⁾ (Cf. anexo 1).

Atendendo a que, quer os protestos locais, quer, mais tarde, os resultados eleitorais contribuiriam para fazer inclinar para a «Direita» o peso instável das relações de força, trata-se, porém, agora já não tanto de constatar como de explicar este fenómeno, aliás não específico da situação portuguesa mas igualmente presente, por exemplo, em Espanha, Grécia, Itália. Tal obrigar-nos-ia a recorrer e a avaliar os modelos teóricos correntes que pretendem explicar a acção camponesa. Além disso, tornar-se-ia necessária uma incursão na caracterização da respectiva formação social em causa e particularmente na articulação dos diversos tipos de economia e racionalidade aí presentes, bem como dos antecedentes históricos e dos blocos socio-políticos que nas diversas constelações se vão formando e solidificando.

Tendo abordado estes aspectos num outro trabalho referido na nota (1), a explicação do comportamento camponesino aí proposta residiria, no nosso entender, na

conjugação de dois factores estreitamente inter-relacionados: por um lado, a predominância da economia agrário-campesina e, por outro, as relações de dependência pela maior parte dos moradores não só face à sociedade dita envolvente (classes dominantes e particularmente o Estado) como no seio da própria colectividade face aos patronos e caciques locais.

É neste enquadramento que, no presente artigo, procuraremos apenas ilustrar estes dois aspectos, baseando-nos nos resultados de seis meses dum primeiro trabalho de campo em 1979-1980 em Aguaril, aldeia situada entre Braga e Viana do Castelo, se bem que na rubrica 3. já se encontrem inseridos elementos dum segundo trabalho de campo realizado entre Junho de 1984 e Abril de 1985, este último fazendo parte duma investigação em curso por parte de um dos autores (M.C.S.), aliás originário da aldeia sob estudo.

As relações patrocinais, mais ocorrentes em formações predominantemente agrárias, industrialmente débeis, se bem que possuindo dinâmica própria, não estão desligadas do tipo de economia local artesanal-campesina, ainda relativamente autónoma e fechada, particularmente até 1965.

Dado, porém, que os recursos ora directos (terra, gado, alfaias), ora indirectos (prestígio, poder) estão desigualmente repartidos, incidiremos a nossa atenção nas relações de patrocínio e caciquismo, as quais, sendo ainda hoje uma realidade em Aguaril como aldeia-tipo, tem condicionado fortemente o comportamento dos camponeses dependentes.

Se a referência ao caciquismo tem constituído um lugar-cômum por parte de vários quadrantes políticos, nem sempre o fenómeno do caciquismo e, por extensão, do patrocínio, tem sido objecto de descrição e análise de forma a serem desmontados os mecanismos concretos da obtenção e do exercício do poder político local. Normalmente dá-se por assente o poder local como conquista consagrada na Constituição de 1976, sem deslindar as peças de sistemas de dominação local que, por sua vez, constituem suporte de formas de poder a nível regional e nacional através dos respectivos aparelhos partidários.

Neste artigo pretendemos apenas descrever e fazer uma primeira aproximação das relações clientelares que a vivência e o contacto directo com moradores conterrâneos, além da observação directa do trabalho de campo, nos proporcionou.

1. CAMPONESES SOB PATROCINATO

A acção campesina e nomeadamente as suas posições de alinhamento com representantes do bloco conservador a nível local, não pode ser compreendida e explicada sem ter em conta o enraizado sistema de patrocínio. Mas o que significa o termo patrocínio?

Por patrocínio poder-se-á entender o mecanismo de vinculação e coerção psico-social e, por vezes, física, no qual se verifica a servilidade e a dependência do cliente face a uma outra pessoa social e/ou politicamente influente denominada patrono.

Entre patrono e cliente verifica-se uma relação que J. Riegelhaupt denomina de «reciprocidade negativa», em que os patronos ajudam os seus clientes numa base individual ou, no dizer de Wolf e Boissevain, de «maneira diádica»⁽⁷⁾, mas cuja contrapartida implica uma maior disponibilidade e dependência pessoal. Estas relações verticais, individualizadas, entre patrono e cliente têm contribuído a que latentes situações conflituosas se polarizem.

Contrariamente a concepções funcionalistas que, escamoteando as relações de desigualdade e desequilíbrio sociopolítico, analisam as relações patrocinadas em termos de relativa simetria e reciprocidade, quanto a nós, aliás na esteira de autores como Bailey, Huizer, Blok, Weingrod, M. Bloch⁽⁸⁾, entre outros, patrocínio implica relação de poder, de dominação e, por vezes, de exploração, em que, embora o patrono conceda favores e preste alguns serviços, retira do cliente, além do seu assentimento sociopolítico, personalizado, maiores vantagens já directamente económicas já outras indirectas como prestígio, influência e poder.

Embora sobrepostas e mutuamente relacionadas é possível distinguir com Boissevain⁽⁹⁾ três categorias de patrocínio. Enquanto uma se basearia mais na posse da terra e uma outra no estatuto social, uma terceira estaria mais ligada à função administrativo-política. Esta última modalidade é conhecida entre nós sob a designação de «caciquismo», o qual, enquanto forma específica de patrocínio, pressupõe que certos chefes e notáveis locais exercem poder através de contactos mantidos com o aparelho municipal burocrático e com os líderes partidários concelhios, distritais ou até nacionais.

As relações de patrocínio em Portugal têm sido pouco focalizadas como objecto de estudo, se bem que sejam de mencionar alguns artigos e referências, entre os quais os de J. Riegelhaupt, J. Cutileiro, J. M. Sobral, P. T. Almeida, J. Madureira Pinto e J. Ferreira de Almeida⁽¹⁰⁾.

Além-fronteiras, diversos têm sido os autores, nomeadamente antropólogos, tais como Wolf, Huizer, Boissevain, Bailey e Blok⁽¹¹⁾ que se têm debruçado sobre o fenómeno de patrocínio nomeadamente em países da América Latina e outros situados na área mediterrânica.

Com raízes seculares, já no próprio sistema de colonização romana é detectável, se bem que num contexto diferente, o fenómeno clientelar, em que os chefes nativos eram promovidos a aristocratas romanizados na condição e no objectivo de estes manterem sob o seu controlo os seus súbditos.

Durante e após as lutas políticas entre as facções miguelista e liberal o fenómeno do alinhamento em base clientelar levaria António Sérgio a comentar que a guerra civil entre legitimistas e liberais seria «a guerra pelos empregos na esfera pública», situação que já fora objecto de referência por parte de Oliveira Martins⁽¹²⁾.

Se há um certo consenso sobre a constatação do clientelismo sob a I República (1910-1926), já, porém, quanto ao «Estado Novo» (1926-1974) tem sido afirmado amiúde, nomeadamente pela elite salazarista, que o clientelismo teria sido varrido ou suspenso. Se bem que o caciquismo de base partidária tenha desaparecido, permaneceram os mecanismos de patrocínio local, os quais, sendo quase monopolizados pelos servidores locais do regime, tornaram-se mais eficazes para a manu-

tenção do *statu quo* que os próprios aparelhos de repressão do Estado central. A tendência monopolizadora das relações patrocinais não excluía, porém, uma certa concorrência interna entre notáveis locais sob o mesmo credo político e no seio das instituições corporativas.

Para a manutenção e o reforço das relações clientelares teve a Igreja, enquanto instituição corporativo-religiosa de carácter compulsivo («Anstalt»)⁽¹³⁾, que através de cada pároco mantém com os seus crentes relações de tipo hierocrático, um papel singular e extremamente eficaz.

Mais que o grupo intelectual do Integralismo Lusitano, fundado em 1914 por António Sardinha e outros, fora a Igreja que durante a I República (1910-1926) desempenhara um papel parapolítico e ideológico decisivo na destruição do regime republicano pelo eclodir do golpe militar de 28 de Maio de 1926.

Com o surgir do «Estado Novo», a Igreja, contribuindo para alimentar o regime com a base social de apoio campesino-artesanal, foi adquirindo como contrapartida cada vez mais poder nos aparelhos de Estado, gozando, em consequência, de determinados privilégios: isenção de censura, de pagamento de impostos, de prestação de serviço militar e, através da concordata, poder de incursão no direito de família civil, nomeadamente no impedimento do divórcio.

A religião católica seria constitucionalmente privilegiada a nível do Estado (art.º 46.º da Constituição de 1933). Cerimónias eclesiásticas, peregrinações e procissões em massa, organizadas em colaboração com as autoridades civis, significaram — independentemente das genuínas intenções dos crentes — formas indirectas de legitimação e de apoio ao regime. Sob o domínio tradicional do padre, as paróquias clericais formavam uma espécie de pequenos «estados» sólidos dentro do «Estado Novo».

Sob o «Estado Novo» as relações patrocinais, nomeadamente o caciquismo, eram decisivas na distribuição das sinecuras, conhecidas por «tachos», das promoções, dos favores e serviços e até na própria distribuição selectiva, por exemplo, do leite em pó entre os mais pobres, leite esse «oferecido» por organizações «caritativas» norte-americanas.

As recomendações dos patronos locais concelhios eram frequentemente bastantes para serem deferidos os pedidos dos seus clientes, respeitassem eles a procura de determinados empregos, a dispensa de obrigações administrativas ou quaisquer outros favores. Por seu turno, o Poder central tinha todo o interesse em possuir patronos locais com os quais pudesse dividir ou delegar minimamente o seu poder, reforçando-o.

Estes medianeiros políticos, mantendo-se leais ao regime, sustavam, consciente ou inconscientemente, expressões de descontentamento a nível local. Com efeito, todos os habitantes da aldeia sabiam que, só pedindo subservientemente, oferecendo presentes ou confessando lealdade política aos seus «benfeitores» poderiam ver resolvidos alguns problemas...

Foi deste modo que o clientelismo político das épocas liberal e republicana foi pouco a pouco incorporado na nova constelação política salazarista, que acabaria por monopolizar favores e serviços, a nível central e local. Nos últimos anos do «Estado Novo» a posição dos patronos e caciques começou, de certo modo, a

ser minada pela ampliação de contactos com o mundo exterior, através de alguns estudantes, migrantes e emigrantes.

2. «INCOMPREENSÍVEIS» E «ESQUECIDOS», CAMPONESES NO PÓS 25 DE ABRIL

Com o 25 de Abril foram-se criando gradualmente condições políticas para o reviver do clientelismo, de base partidária. Na maior parte das aldeias nortenhas tem sido pelas mãos dos caciques locais que sobretudo partidos como o CDS e o PPD/PSD têm mantido e até reforçado o seu poder, a nível local e nacional. Porém, tais caciques iam sendo obrigados a oferecer cada vez mais favores e serviços, de modo a não perderem os votos dos seus clientes.

Quer o MFA quer o Governo provisório de Vasco Gonçalves tentaram quebrar a velha estrutura de poder clientelar através de campanhas de dinamização, promulgação de decretos-leis como o de crédito agrícola de emergência e o de arrendamento rural.

De acordo com o Decreto-Lei 251/75 sobre o crédito agrícola de emergência, de 23-5-1975, todos os camponeses podiam requerer esse crédito a baixo juro (6,5%), sem qualquer garantia hipotecária. Segundo o Instituto de Reforma Agrária (IRA), no período de Junho de 1975 a Junho de 1976, só 7% (178.000 contos) do volume total de crédito (2.551.000 contos) foi requerido por agricultores da Zona Norte, densamente povoada e onde predomina o minifúndio⁽¹⁴⁾.

O Decreto-Lei 201, de 15-4-75, sobre o arrendamento rural foi promulgado pelo Governo Vasco Gonçalves, sendo ministro da Agricultura Oliveira Baptista. Tal decreto constituiu uma melhoria objectiva e substancial, oferecendo aos rendeiros e caseiros uma protecção legal contra a arbitrariedade dos senhorios.

Segundo o mencionado decreto-lei, a renda deveria ser determinada em dinheiro, segundo normas estabelecidas oficialmente (art.º 6.º), resultando o quantitativo da renda inferior à antiga paga em géneros (em que 2/3 a 1/2 da colheita, conforme os produtos, era entregue ao senhorio), disposição esta que tornava o reneiro menos dependente e lhe permitia uma pequena margem de poupança.

Ainda segundo o referido decreto-lei, os contratos de arrendamento passariam a ser obrigatoriamente celebrados por escrito (até então faziam-se o mais das vezes oralmente), evitando assim que os caseiros ficassem à mercê dos caprichos ou da pressão política do senhorio. Além disso, os contratos seriam válidos por seis anos, prolongando-se automaticamente por mais três períodos iguais perfazendo 18 anos (artigos 5.º e 14.º). Tal duração do contrato permitia ao reneiro reunir condições para fazer investimentos e assim aumentar os níveis de fertilidade do solo, estimulando igualmente a mecanização e o cultivo mais intensivo da terra. Os direitos de arrendamento podiam, além disso, ser transferidos aos sucessores (art.º 21.º, §§ 3 e 5) e as benfeitorias seriam indemnizadas no fim do arrendamento (art.º 10.º).

Além da preferência que o rendeiro tinha, em caso de o senhorio vender a terra (art.º 25.º), a lei oferecia a possibilidade duma baixa proporcional da renda, em caso de má colheita ou diminuição da colheita usual por razões climatológicas ou fitopatológicas (art.º 8.º). Contudo, no Norte, onde 49,2% dos 300.000 rendeiros dispõem duma média de 1,8 ha, até Dezembro de 1975 só 1,5% (4.500) dos contratos de arrendamento se efectivou por escrito, segundo um relatório interno do Ministério da Agricultura e Pescas (MAP)⁽¹⁵⁾.

Esponaneamente ocorre-nos a pergunta: porque é que se fez tão pouco uso destas leis de crédito e arrendamento relativamente favoráveis?

A maior parte dos pequenos camponeses não estava ao corrente das leis do Governo Vasco Gonçalves. Técnicos e funcionários «passivos» recusavam aplicá-las, para além de serem silenciadas ou contrariadas pelos senhorios. E mesmo sem ter em linha de conta o facto de muitos pequenos camponeses desconhecerem as leis, importa não esquecer que, de modo geral, aqueles só procuram possibilidades de crédito em situações de necessidade, já que os camponeses com poucos recursos são inimigos do risco no sentido de não se poderem permitir fazer investimentos sem resultados visíveis e garantias certas para o futuro.

Para além da falta de informação sobre a lei do arrendamento, outros factores houve que exerceram um papel importante. Os camponeses consideravam correr menos riscos no velho sistema de parceria, sempre na esperança de, no caso de má colheita, o senhorio lhes «perdoar» uma parte da renda. Assim, dada a grande dependência dos rendeiros face aos senhores da terra, a resistência ou recusa de celebrar oralmente o contrato de arrendamento, segundo as cláusulas tradicionais, representaria um grande risco, ou seja, ter-se-ia que ir para tribunal, com a consequente perda de tempo e dinheiro, e sobretudo arcar com as represálias do senhorio, tais como a eventual rescisão unilateral do contrato ou a expulsão da terra. Foi neste contexto de força que os senhorios e homens do Poder local, frequentemente filiados no CDS ou no PPD/PSD, puderam exigir que os seus partidos apresentassem e fizessem aprovar um projecto-de-lei que os dispensasse da obrigatoriedade de contratos de arrendamento por escrito, se o terreno arrendado não ultrapassasse os dois hectares (Cf. Lei n.º 76/77).

Além disso, na complexa estrutura de classes no Norte do país havia casos de senhorios idosos pobres, doentes ou inválidos, que se encontravam dependentes dos rendimentos provenientes do arrendamento dos seus bocados de terra para a sua sobrevivência e eventual pagamento das décimas⁽¹⁶⁾. Sem uma alternativa de subsídios estatais para a doença e a velhice, a baixa da renda, tal como era exigida nos contratos de arrendamento por escrito, tornava-se para eles inaceitável.

Um outro obstáculo era o facto de os pequenos camponeses, dadas as relações de patrocínio locais, não terem suficientes possibilidades de conhecer as diferentes estratégias políticas, nomeadamente as de Esquerda, a nível nacional. As possibilidades reais de escolha a nível local permaneciam limitadas. Os patronos estavam a maior parte das vezes filiados nos partidos cristão-democrata, liberal ou social-democrata e muito raramente em partidos de Esquerda, o que é aliás visível nos resultados eleitorais a nível nacional e por freguesia⁽¹⁷⁾ (Ver anexo 1).

Aliás, na nova constelação política logo após o 25 de Abril surgiram alguns novos senhores a nível local, letrados e funcionários, que, sob a designação de «democratas», «socialistas» ou «comunistas» retomavam certos métodos de actuação clientelar e autoritária, semelhante aos dos antigos caciques do regime.

Além disso, acontecia frequentemente que a direcção das Comissões Liquidatárias, encarregadas da abolição dos Grémios da Lavoura corporativos e da criação de Ligas de pequenos e médios camponeses era composta de sindicalistas e intelectuais urbanos, que muitas vezes exerciam junto dos já «desconfiados» camponeses um efeito contrário ao pretendido.

Dada a sua experiência histórica⁽¹⁸⁾ os camponeses mantinham-se reticentes face aos aparelhos estatais, que para eles, normalmente, apenas representavam uma extorsão de impostos. Tanto os governos como as forças de Esquerda não ofereciam, na sua maneira de ver, garantias suficientes e visíveis de melhorias no futuro. Concretamente não lhes era oferecida uma alternativa mais segura perante o sistema de patrocínio existente.

A bem dizer, quase não havia dirigentes de esquerda originários das próprias aldeias, exceptuando talvez os arredores do Porto, em que os rendeiros começaram a organizar-se no progressivo MARN. Na maior parte das aldeias os militantes de esquerda eram de fora, e as suas visitas esporádicas (por exemplo, para representar uma peça de teatro). Tão-pouco as breves visitas dos bem intencionados oficiais da 5.ª divisão do MFA, assim como as suas promessas em relação ao futuro, se mostraram bastantes para ganhar a confiança dos camponeses. Durante as campanhas de dinamização cultural diziam camponeses duma aldeia aos oficiais do MFA:

«O que se decide aqui é em si mesmo óptimo, mas dentro de alguns dias vocês vão-se embora. Os patrões ficam e nós não temos ninguém que nos possa proteger. Além disso, quem nos poderá dar trabalho?»⁽¹⁹⁾.

No curto período de 1974-1975, salvo acções incidentais da 5.ª divisão do MFA, pouco de concreto foi feito em prol dos camponeses, precisamente quando se sentia uma necessidade urgente em melhorar as condições sociais, os serviços infra-estruturais e médicos, para além duma política de preços mais favorável.

Os aumentos de preços das sementes, nomeadamente da batata de semente, adubos e rações constituíram, juntamente com a diminuição do preço do vinho, cortiça, madeira e lacticínios, uma sensível bofetada para os pequenos produtores, que destinavam parte da sua produção para o mercado. Do estudo de F. Ribeiro Mendes resulta ter sido precisamente em 1975 que se verificou uma alteração desfavorável aos produtores agrícolas na ratio entre os índices de compra de produtos não agrícolas e os da venda de produtos agrícolas (Ver anexo 2). Esta situação seria ainda agravada pela especulação de intermediários e pelo boicote de clientes nacionais e estrangeiros, nomeadamente empresas de importação e exportação.

Se compararmos esta relação conjuntural desfavorável com a relativa estabilidade e até progressão favorável dos preços agrícolas durante o «Estado Novo» (cf. anexo 2), além da implementação de pequenos subsídios de reforma por velhice e invalidez sob Marcelo Caetano, encontraremos certamente um dos factores que nos

permitam compreender melhor a atitude, ora esquiva, ora hostil, dos camponeses face à nova constelação política surgida com o 25 de Abril.

Os esforços das forças políticas de esquerda juntamente com os do Governo Provisório de Vasco Gonçalves, orientavam-se no sentido de fazer ruir a estrutura de poder conservador, embebida nas relações de patrocínio local, mas situavam-se num campo demasiado jurídico-político e pouco socioeconómico. As medidas propostas eram promissoras a médio e longo prazo, mas muito pouco visíveis a curto prazo, ou então insuficientemente adaptadas à mentalidade e à situação dos camponeses. Os partidos políticos de Esquerda acordaram apenas no «Verão quente» de 1975, altura em que os camponeses, se bem que com reivindicações e dinâmica próprias, acabaram objectivamente por converter-se, mais uma vez, num instrumento e até baluarte das forças conservadoras contra o curso progressista dos acontecimentos, a nível urbano e geral. Era demasiado tarde.

«E como sempre a Esquerda portuguesa lançava uma olhadela para o último paralelismo político francês, conhecendo muito melhor a menor disputa parisiense que as "misteriosas" e algo desagradáveis coisas de Trás-os-Montes ou Portalegre»⁽²⁰⁾.

As reivindicações dos operários fabris organizados encontraram certo eco, mas os, de início, «silenciosos» camponeses foram votados ao «esquecimento». O modelo de reforma agrária tinha fundamentalmente em vista o latifúndio do Sul. Certamente, entre assalariados rurais e industriais e os camponeses parcelares há uma determinada contradição objectiva. Porém, tal contradição de interesses não tem necessariamente que ser irresolúvel, desde que, paralelamente a uma estratégia e organização adequadas de e para ambas as classes — operariado e campesinato — outras condições objectivas estivessem ou estejam presentes. Pelos vistos, tais condições não estavam então preenchidas, ou, pelo menos, o peso do passado e a relação de forças existente, a nível nacional, não permitiram, após o 25 de Abril, o desenvolvimento duma aliança real entre operariado e campesinato.

Tendo em conta a força operatória desta herança, a explicação da acção dos camponeses a nível local, quanto a nós, reside na desigualdade de recursos, e, conseqüentemente, de poder na aldeia, nomeadamente até à avalanche emigratória de 1965-70, período a partir do qual se vêm contudo registando consideráveis mudanças locais não só na esfera económica como na política e na ideológica.

3. ECONOMIA E PATROCINATO EM AGUARIL (1945-1985)

3.1. Desigualdade de recursos

A partir dos inquéritos levados a cabo num segundo trabalho de campo em 1984-1985 e dos dados das matrizes da Repartição de Finanças, foi possível estabelecer um quadro das diferentes categorias de possuidores de terra e gado (vacas), constituindo estes dados um indicativo da desigualdade de recursos:

QUADRO I

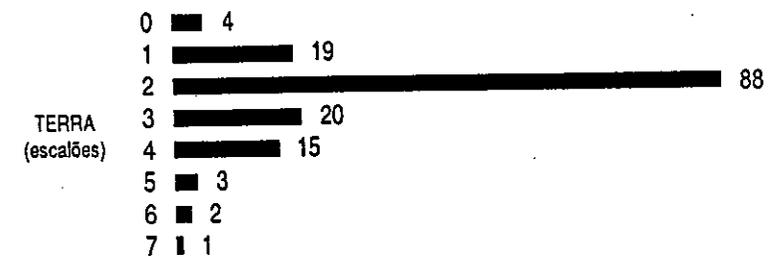
Distribuição de recursos em Aguari: terra e gado (1985)

TERRA				VACAS			
Cat.*	Hectares	N.º famíias	%	Cat.*	N.º vacas	N.º famíias	%
(0+1)	0 — 0,05	23	15,1	(0)	0	76	50,0
(2)	0,05 — 2	88	57,8	(1)	1 — 2	47	31,3
(3)	2 — 5	20	13,2	(2)	2 — 5	17	11,3
(4)	5 — 10	15	9,9	(3)	5 — 10	10	6,7
(5)	10 — 15	3	2,0	(4)	10 — 20	1	0,7
(6)	15 — 20	2	1,3	(5)	> 20	0	
(7)	> 20	1	0,7				
		152	100,0			152	100,0

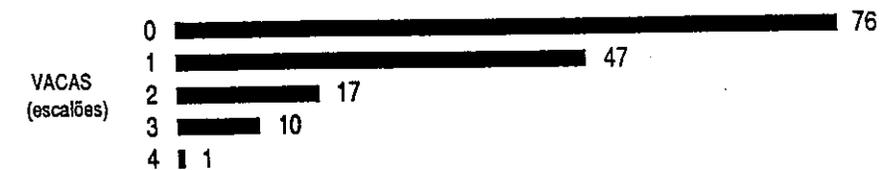
FONTE: Inquérito local e Repartição de Finanças, 1985.

*Grosso modo, poder-se-ão fazer corresponder as categorias indicadas às seguintes classes/camadas sociais: (0+1) = jornaleiros e camponeses pobres, além de alguns jovens casais ainda não herdeiros; (2) = camponeses parciais (e artesãos/operários e outros); (3) = pequenos camponeses relativamente autónomos; (4) = médios camponeses/lavradores; (5) abastados lavradores; (6) e (7) abastados lavradores/proprietários.

N.º DE FAMÍLIAS



N.º DE FAMÍLIAS



Além dos indicadores mencionados, a desigualdade de recursos pode ainda aferir-se pela quantidade de produtos agrícolas «excedentes» comercializados, a qual diferia de acordo com os diversos estratos sociais da freguesia. Assim, na década de 1970, enquanto os médios e abastados lavradores conseguiam vender 4 a 12 pipas de vinho, 5 a 15 carros de milho, 5 a 15 rasas de feijão⁽²¹⁾, além de 5 a 15 litros de leite diários, os pequenos camponeses autónomos estavam em condições de vender

anualmente 1 a 3 pipas de vinho, 1 a 5 carros de milho, 1 a 5 rasas de feijão e, diariamente, 1 a 5 litros de leite.

Desprovidos de recursos suficientes, os camponeses pobres e jornaleiros eram forçados a (e)migrar, se bem que elementos de pequenos e até médios lavradores tenham igualmente (e)migrado para os sectores da indústria e serviços quer nos arredores quer nas grandes cidades de Lisboa e Porto, quer ainda e sobretudo no estrangeiro. A fuga dum contingente significativo de residentes de Aguaril para o estrangeiro entre 1960-1980 pode verificar-se no seguinte quadro:

QUADRO II

População e (e)migração em Aguaril (1960-1980)

Ano	RESIDENTES EM AGUARIL					(E)MIGRANTES DE AGUARIL		
	Fogos	Homens	Mulheres	Total (H+M)	Índice (1960=100)	Pop.	Fam. c/ (e)migr.	% de fam. c/ (e)migr.
1960	111	256	293	549	100	55	21	19 %
1970	116	195	245	440	80	234	78	67 %
1980	124	190	230	420	76	380	108	87 %

FONTE: Registos paroquiais 1955-60, INE e informação oral. Vários (e)migrantes continuavam sendo oficialmente registados como residentes.

No movimento de população entre 1960-1980 verifica-se uma diminuição do número de residentes de 549 para 420, resultante do êxodo para os sectores da indústria e serviços, nomeadamente para o estrangeiro. Em 1980, 87% das famílias têm, pelo menos, um elemento a trabalhar fora da aldeia, de modo que poucas são as famílias que vivem apenas da agricultura.

Se bem que as migrações campesinas têm constituído uma das estratégias-chave para a sua reprodução e reconversão, certo é que, porém, na década de 1960-70, os contactos com o mercado e a cidade aumentaram, contactos esses que anteriormente tinham lugar predominantemente através de camponeses médios e abastados, prestamistas e comerciantes.

Mercadorias como pão, carne, fruta e mesmo legumes, que antigamente eram produzidas por cada família, passaram a ser adquiridas cada vez mais na mercearia ou no mercado. Este desenvolvimento aponta para uma especialização crescente nas esferas da produção e distribuição, quer em Aguaril, quer nas aldeias circunvizinhas e fornece a base de uma nova diferenciação entre as famílias da freguesia. Actualmente uns quantos pequenos empreiteiros e um pequeno comerciante de cortiça e madeira procuram segurar sob o seu controlo as relações com o comércio, construção e indústria dos seus respectivos ramos, a fim de melhorar a sua posição interna na aldeia.

3.2. Autonomia relativa e divisão do trabalho (até 1965-70)

Se a ausência e/ou a deficiência de infra-estruturas (electricidade, caminhos, estradas, transportes) assim como a inacessibilidade de meios de comunicação audio-

visuais (rádio, televisão) contribuíram para o relativo isolamento geo-social dos moradores de Aguaril até 1960-1970, o factor mais importante da manutenção do *statu quo* local assenta contudo no facto de a freguesia, enquanto unidade económico-geográfica, ser quase autosuficiente, satisfazendo os seus moradores no perímetro da aldeia e no seio da família as suas necessidades materiais e culturais: alimentação, habitação, sexo, auto-afirmação, comunicação e segurança.

Ainda que de modo precário e dependente particularmente no caso dos jornaleiros e camponeses pobres, as restantes famílias detinham recursos (mínimos) necessários à sua subsistência e, neste sentido, as suas economias domésticas funcionavam com relativa autonomia.

A base económica de Aguaril consistia fundamentalmente na pecuária e na agricultura em pequena escala, num terreno fértil e irrigado. A divisão social do trabalho não estava totalmente fixa. O ciclo anual da produção agrícola determinava e determina a concentração e a dispersão do trabalho. Na época das sementeiras e sobretudo na das colheitas acorriam ao trabalho do campo não só os jornaleiros, os camponeses — homens e mulheres — e seus familiares, mas também os artesãos e outros como o sapateiro, o carpinteiro, o barbeiro e o merceeiro. Em tempos de menor azáfama, os jornaleiros e uma parte dos familiares dos camponeses dedicavam-se a actividades não-agrícolas, entre as quais o trabalho artesanal, a caça e a pesca.

A tecnologia agrícola, utilizada pelas famílias camponesas, era ainda bastante rudimentar. Fazia-se quase exclusivamente uso da energia animal e humana: a lavrada era feita com duas vacas ou bois, puxando o arado feito de aço e madeira; nas cavadas usava-se a enxada e na colheita do centeio e do milho a foice ou foicinha; e as malhadas geralmente eram, em grande parte, feitas na eira com o malho ou mangual.

Até ao início dos anos 70 não havia ainda tractor na aldeia e, geralmente, ainda não se usavam os adubos químicos. Só as vinhas é que desde há muito eram sulfatadas. Quanto à maquinaria simples, apenas 3 abastados lavradores dispunham de debulhadora e vários de prensa. Nas unidades familiares com pouca vinha pisavam-se as uvas com os pés.

Os cereais, nomeadamente o milho, eram levados para o moinho conforme as necessidades, a azeitona para o lagar e o brolho das uvas, saído da prensa, para o alambique. O transporte das colheitas era feito com o carro de bois e sobretudo de vacas.

Uma parte considerável das famílias camponesas possuía uma ou duas vacas, um ou dois porcos e umas quantas galinhas e coelhos. O leite era todo ou quase todo vendido. Só uma pequena porção de leite era reservada, em caso de necessidade, para crianças-bebés e para pessoas idosas ou doentes.

Uma grande parte dos ovos era consumida, mas as galinhas e coelhos só pelas festas se destinavam ao consumo próprio. E, uma vez no ano, normalmente em Novembro-Dezembro, tinha lugar a matança do porco feita por um dos «especialistas» da aldeia com a ajuda de vizinhos e parentes na base de troca simétrica de serviços e bens. À excepção de uma pequena parte da carne de porco destinada como oferta a parentes, vizinhos e patronos, da carne mais fraca faziam-se chouriços e o resto era guardado na salgadeira.

Quase todas as famílias possuíam o seu próprio forno, onde coziavam o seu pão de milho. Se antigamente os camponeses levavam o milho à cabeça ao moleiro, pagando-lhe uma maquia pelo seu trabalho, ultimamente era o moleiro que, com o seu burro, ia pelas casas, transportando o milho e devolvendo a farinha.

Com o dinheiro obtido das vendas dos produtos agrícolas atrás referidos podiam as famílias camponesas pagar, por um lado, as dívidas aos merceiros e, por outro, as décimas e alguns serviços religiosos, respectivamente ao Estado e à Igreja, concretamente ao pároco. Regra geral podiam ainda adquirir alguns bens artesanais, um leitão para a ceia e poupar algum dinheiro («pé-de-meia»), para a eventualidade de uma doença ou qualquer contrariedade imprevisível. Não era raro que o merceiro fosse pago em espécie, meio a que algumas mulheres recorriam igualmente quando pretendiam, pela calada, sem o marido saber, comprar vinho ou aguardente ou outros géneros.

Os mercados locais eram os principais e quase únicos pontos de ligação com a rede de comércio regional. Mas, mesmo aí, os camponeses tinham uma certa possibilidade de determinar o preço dos produtos, face a compradores desconhecidos, posição essa que lhes oferecia alguma protecção contra os ardis dos intermediários, nomeadamente dos negociantes de gado; e, quando não conseguiam obter um preço satisfatório, os camponeses voltavam para casa com os produtos por vender.

Salvo as idas ora periódicas ora esporádicas aos mercados ou feiras locais, os artigos não produzidos na aldeia como sal, açúcar, arroz, tabaco, etc., eram fornecidos primeiro por três e, posteriormente, por quatro merceiros, um dos quais confidenciava-nos-ia que, na década de 1950, o saldo bruto do total de vendas não ultrapassava diariamente os 30 a 50 escudos.

Um certo número de actividades artesanais era tarefa de especialistas de Aguaril ou de aldeias vizinhas: desde o ferreiro que fabricava e reparava foices e machados, enxadas e arados, passando por três costureiras e um alfaiate, dois cesteiros, vários pedreiros e carpinteiros (para construir muros, fazer móveis, pipos, etc.) até um moleiro e três barbeiros, cuja procura era particularmente intensa ao domingo.

Nos últimos decénios, alguns artesãos (pedreiros, carpinteiros), que tinham pouco ou nenhum terreno, partiam com os seus instrumentos à procura de trabalho pelas aldeias das redondezas e até da região. A aldeia era igualmente visitada uma ou duas vezes no ano por um amolador, que também consertava guarda-chuvas, e outros que ficavam durante alguns dias para executar as reparações necessárias.

Na época de Inverno, em que os trabalhos não apertavam, as famílias camponesas e artesanais faziam trabalhos manuais, como bordados, cestos, cadeiras e outros móveis, artigos esses que procuravam vender nos mercados regionais, que periodicamente tinham lugar em S. Bartolomeu, Barcelos, Viana do Castelo e Ponte de Lima.

Pelos relatos de diversos moradores foi possível detectar que a entejada era perpassada por relações simétricas e assimétricas, reforçando, por um lado, o *statu quo* de relativa autonomia a nível da aldeia e, por outro lado, a dependência dos jornaleiros e camponeses mais pobres face aos mais desafogados. Normalmente, porém, cada casa produzia o que consumia e, no caso de escassez, dum ou outro

artigo, procedia-se à troca com outras casas. De resto, os serviços eram pagos em géneros ou igualmente com outros serviços.

A entreatajuda ora simétrica ora assimétrica era sobretudo importante na altura da azáfama das actividades sazonais como as sementeiras, lavradas, vindimas, colheitas de milho e centeio, as malhadas e desfolhadas, bem como, em casos de emergência, como incêndio, doença, desastre ou caso de morte. Tal ajuda não era tanto exercida a partir dum «sentimento de caridade» ou da chamada «típica personalidade fraternal dos camponeses», como pretende Jorge Dias, mas por motivos económicos ⁽²²⁾, por simples necessidade de assegurar ajuda semelhante perante uma situação paralela, que eventualmente lhes batesse à porta no futuro.

Com a migração e sobretudo a emigração as famílias começaram a ser menos dependentes localmente pelo que os serviços passaram progressivamente a ser pagos em dinheiro, caindo pouco a pouco em desuso a retribuição com outros serviços. Além disso, o interesse em participar nas actividades conjuntas da aldeia ia diminuindo por parte de elementos que trabalhavam normalmente fora da aldeia.

A tónica dominante da divisão do trabalho recaía contudo no seio da própria família. A casa compreendia a totalidade de todos os bens materiais móveis e imóveis e servia como base para a subsistência e reprodução, para a solidariedade entre gerações e a representatividade face às demais casas, tal como em festas e enterros.

Dentro da família campestre cada membro, de acordo com o sexo e o grupo etário a que pertencia, tinha de executar determinadas tarefas na produção, tarefas essas fundamentalmente dirigidas para a satisfação das necessidades de consumo familiares.

Desde a idade de cinco, seis anos, também as crianças, após o horário escolar, tinham as suas tarefas domésticas: buscar lenha ao monte, água à fonte, fazer compras ao merceiro, cuidar dos irmãos ou irmãs mais novos, vigiar o gado (a vaca ou as ovelhas), apanhar azeitona, vindimar e apanhar bagos e pisar uvas.

A socialização das crianças era orientada para uma forte dependência da família. Neste contexto, muitas famílias campestres chegavam mesmo a considerar mais importante a «responsabilidade» das crianças nas tarefas doméstico-agrícolas que a frequência escolar ⁽²³⁾. A maior parte dos avós e avós cuidavam normalmente dos netos pequenos e iam fazendo ligeiras tarefas à volta da casa.

Os adultos e jovens executavam o trabalho mais pesado. Antes da corrente emigratória da década de 1960, eram os homens que faziam determinados tipos de trabalho como a lavra, a poda, a enxertia e a sulfatagem das vinhas, a preparação e fabricação do vinho.

Outras tarefas havia que, geralmente, só eram feitas pelas mulheres: a plantação de batatas e legumes, o cultivo e a apanha da fruta, os cuidados com a alimentação das galinhas, coelhos, do porco e sobretudo da vaca, para a qual eram diariamente cortadas grandes quantidades de erva, além de palha. Eram igualmente as mulheres que, sempre que se proporcionasse, vendiam uma parte dos legumes, fruta, ovos e uma grande parte de leite, administrando elas próprias os rendimentos daí resultantes.

Até há vinte anos atrás, as mulheres tomavam por sua conta o cultivo e a feitura do linho, o que as obrigava a despender muito tempo. Acrescia ainda que, prati-

camente, todas as tarefas domésticas estavam a cargo das mulheres: cozer o pão, preparar a comida (com fogo de lenha) e lavar a roupa no lavadouro, além da conservação das carnes de porco na salgadeira e feitura de chouriços.

Na época das colheitas, em que a presença de todos os familiares era necessária no campo, as mulheres trabalhavam 14 a 16 horas por dia!

O papel dos homens nas actividades do campo era também de coordenação sendo, por vezes, exercido de maneira patriarcal e até autoritária. Nas tarefas domésticas as mulheres desempenhavam o papel mais preponderante, de tal modo que tinham normalmente maior poder de decisão em assuntos relacionados com a economia doméstica. Elas tinham igualmente voz não menosprezável em decisões sobre a produção agrícola, bem como na compra e venda de gado.

Embora os homens fossem os portadores do denominado «poder público» local ⁽²⁴⁾ as mulheres mantinham informalmente um poder de decisão, adquirido pela sua aportação de bens ao casal, participação nas esferas da produção e da distribuição.

Resumidamente, a ajuda mútua a nível da aldeia e sobretudo a divisão do trabalho e solidariedade no seio da família, permanecem como os factores mais importantes na manutenção, resistência e adaptação das famílias camponesas, particularmente até à década de 1960.

3.3. «Favores» e dependências

Em Aguaril os pequeníssimos camponeses e jornaleiros dependiam, no seu quotidiano, dos camponeses abastados e outros notáveis da aldeia. De modo geral, poder-se-ia dizer que, quanto mais pobres eram os moradores, mais dependentes e subservientes teriam que apresentar-se face aos seus «benfeitores». Fosse para conseguir trabalho ou terra arrendada, fosse para pedir emprestados gado e alfaias agrícolas (arado, carro, prensa) os jornaleiros e camponeses mais pobres encontravam-se dependentes e entregues à «boa vontade» ou «confiança» dos camponeses médios e abastados.

Em caso de emergência (falta de trabalho, doença, má colheita, necessidade de subsídio ou abono de família pela Casa do Povo) os pobres ficavam à mercê da «caridade» ou do parecer discricionário dum patrono, dum sócio contribuinte ou protector da Casa do Povo — geralmente o próprio patrão agrícola — ou então, tinham de recorrer a uma «declaração de pobreza», passada pela Junta de Freguesia.

Por vezes sucedia criadas e/ou jornaleiras acederem aos desejos sexuais dos seus «patrões-patronos» a fim de lhes cair nas boas graças e, senão comprometê-los numa estratégia matrimonial, pelo menos, garantir o trabalho e, conseqüentemente, a subsistência para si e suas famílias ⁽²⁵⁾.

Para se assegurarem de protecção e apoio no futuro, as famílias, nomeadamente as mais carentes, procuravam escolher para padrinhos dos baptizados e casamentos dos seus filhos elementos das famílias mais ricas ou influentes da aldeia ou da região, tal como os dados dos assentos de casamento dos registos paroquiais de 1945-1985 evidenciam:

QUADRO III
Padrinhos de casamento (1945-1985)

Ano	Sexo			Relação parentesco			Profissão							Residência			
	M	F	Total	Tios avós	Out. par.	Não-par.	Padres	Prop.	Lavr.	Indus. comer.	Func. emp.	Oper. art.	Jorn.	Out. desc.	Ag.	Viz.	Conc. reg.
1945-54	48	10	58	5	15	38	2	1	35	4		14	2		53	4	1
1955-64	55	23	78	4	16	58	3	1	49	6	4	14	1		80	13	5
1965-74	52	28	80	6	15	59	7	6	35	8	9	14	0	1	50	19	11
1975-85	46	42	88	11	27	50	6	0	34	12	13	22		1	59	14	15
Total	201	103	304	26	73	205	18	8	153	30	26	64	3	2	222	50	32
	66,1%	33,9%	100%	8,6%	24%	67,4%	5,9%	2,6%	50,3%	9,9%	8,6%	21%	1%	0,7%	73%	16,5%	10,5%

FONTE: Registos Paroquiais, Assentos de Casamentos, 1945-1985, Aguaril.

Quanto mais providas de recursos fossem as famílias de Aguaril maior o número de protegidos e afilhados. Estes esperavam dos seus «protectores», além do foliar anual, a concessão de favores (por exemplo, encontrar um emprego) e a ajuda na resolução de eventuais problemas.

A dádiva era contudo uma forma de controlo social e político⁽²⁶⁾, sendo o preço de tais favores bastante elevado. Sucedia frequentemente que as famílias de jornaleiros executavam «trabalho por favor» para os padrinhos «ricos», em troca de uma ou duas refeições para si e eventualmente para os seus filhos, além duma mão de feijões, batatas ou garrafa de vinho. Mesmo neste caso teriam que ficar agradecidos, pois o facto de poder trabalhar na casa de um bom lavrador ou proprietário constituía um sinal de preferência e protecção, significando que este estaria pronto a ajudar a família necessitada.

Deste modo, enquanto aos pequenos lavradores lhes era difícil obter jornaleiros nas épocas das colheitas, médios e abastados lavradores, sobretudo o presidente da Junta, dispunham de voluntários «entusiastas» que, particularmente nas lavradas e malhadas, esfolhadas e vindimas, ofereciam gratuitamente a sua força de trabalho num ambiente competitivo e «festivo».

A fim de escaparem à «má vontade» ou até a represálias por parte dos seus patronos, as famílias mais pobres evitavam confrontações e críticas directas aos seus protectores, ocultavam as suas opiniões e sentimentos íntimos, serviam de correias de transmissão dos segredos de casas alheias e denotavam uma atitude aparentemente respeitosa e deferente para com os seus patronos. Esta atitude não era contudo uma simples expressão de «falsa consciência» mas uma estratégia calculada, realista, suportadora do «mal menor», cujo objectivo central era a sua sobrevivência. Se não conseguiam meios de sobrevivência pela via normal, admissível no quadro da moral dominante, não tinham quaisquer escrúpulos em, pela calada da noite, se apoderarem veladamente de milho ou outros cereais, legumes, uvas ou outras espécies de fruta.

Só no fim da década de 1960, com o aumento do movimento migratório é que diminuiu um pouco a dependência dos jornaleiros e dos camponeses pobres. Ou seja, a emigração, constituindo válvula de escape para um ambiente cada vez mais tenso a nível local, veio aliviar um tanto não só os moradores pobres que partiram como os que ficaram, o que os leva a desabafar: «Se não fosse a emigração, comíamos-nos uns aos outros».

Se na aldeia ou arredores era oferecido um salário fixo ou mais elevado, os jornaleiros, dada a rarefação de mão-de-obra, deixavam de lado o «trabalho por favor» junto das casas dos seus velhos patronos e patrões. Ou seja, nesta fase de transição, optavam por condições menos desfavoráveis da venda da sua força de trabalho: em vez de, como outrora, irem trabalhar gratuitamente, «por favor» em troca de alimentação e eventualmente por um insignificante «salário», tornava-se cada vez mais possível alugar a sua força de trabalho, sem incluir alimentação («a seco»), mas por um salário mais elevado, o que tornava a relação entre empregadores e jornaleiros menos dependente para estes últimos. A sobranceria e, por vezes, a arrogância de alguns lavradores mais ricos foi diminuindo pouco a pouco, sendo obrigados a pagar os salários pedidos ou exigidos pelos jornaleiros e/ou camponeses muito pobres e a dar-lhes trabalho no Inverno ou arrendar-lhes um pedaço de terra, fosse por falta de mão-de-obra, fosse por estarem impossibilitados de pagá-la.

A fim de limitar a um mínimo a dependência face aos mais ricos, as pequenas famílias campesinas mantinham as suas dívidas e problemas internos o mais possível em segredo, de modo a evitar acordos, pequenos «complots» e especulações de potenciais compradores e prestamistas locais. No caso de a precaridade financeira ser tão premente que tornasse a proletarização uma ameaça real, as pequenas famílias campesinas preferiam que alguém do seio da família, clandestinamente ou com passaporte, atravessasse a fronteira a fim de procurar trabalho algures, do que «degradar-se», enquanto jornaleiros, perante os seus conterrâneos.

Uma vez emigrados, não era raro serem feitos comentários exagerando as remessas enviadas pelos familiares emigrantes, de modo a ficarem mais bem colocados na escala hierárquica local. Certamente que semelhantes autopromoções, se bem que incontroláveis, tinham em vista elevar o seu estatuto social e eventualmente criar melhores hipóteses de casamento para os seus filhos/as.

Por outro lado, uma maior autonomia e contactos no exterior por parte dos filhos emigrantes e estudantes de alguns camponeses, artesãos e pequenos merceeiros contribuíram para que estes, nos anos '70 e sobretudo no pós-25 de Abril, ousassem pronunciar-se mais abertamente, optando até por partidos ou grupos minoritários progressistas, procurando evitar ao máximo os serviços e os favores das casas abastadas.

Apesar de todos os esforços para se manterem autónomos, esforços esses baseados exclusiva ou fundamentalmente no próprio trabalho familiar, os pequenos camponeses, artesãos e merceeiros encontravam-se, particularmente até à década de 1970, condicionados pelos notáveis locais. Este condicionamento não se verificava tanto no processo de trabalho, mas mais na disposição de contactos com o exterior.

Dado que os camponeses não tinham acesso a certos canais de poder para superar determinadas dificuldades concretas (por exemplo, tentativa de não-pagamento de multas e licenças, resolução de contendas familiares acerca de heranças, águas e limites de terras, isenção do serviço militar ou, pelo menos, a obtenção dum serviço mais leve ou local mais próximo da aldeia) e partindo eles do princípio de que todo o sistema jurídico-administrativo está feito para os ludibriar⁽²⁷⁾, não tinham qualquer pejo em servir-se de ou negociar com um mediano que intercedesse junto dum

funcionário ou «doutor», particularmente quando «situacionista», o qual não raro se deixava subornar, fazendo depender o tratamento dos assuntos já da oferta de «gratificação» (dinheiro ou géneros) já da lealdade política do cliente.

Na sequência da contracção de dívidas, alguns pequenos camponeses, artesãos e merceiros sentiam-se atados de pés e mãos por um ou outro prestamista local. Referem algumas das vítimas de Aguaril que, além do juro, tinham toda a espécie de obrigações para com os seus «beneméritos», reservando-lhes, por altura da matança do porco, os melhores bocados de carne, preparando-lhes lautos jantares, dando-lhes preferência nas vendas de terras, entre outras. Se, eventualmente, o devedor tentasse encontrar outro credor, particular ou bancário, que exigisse menos obrigações, imediatamente corria na aldeia o boato que a família em causa se encontrava na iminência da insolvência ou falência. Como resultado de semelhante operação, todas as fontes de crédito se lhe fechavam.

Para além destes pagamentos materiais, a gratidão das pessoas necessitadas para com os seus «benfeitores» exprimia-se ainda em lealdade religiosa e sobretudo política, nomeadamente nos actos eleitorais. Votar em determinado candidato não era expressão de esperança em melhorias substanciais de vida ou resultado do conhecimento de determinado programa partidário. Era antes um gesto de «agradecimento» ou um meio de exercer pressão sobre determinado cacique ou líder político, a fim de continuar a prestar favores e serviços.

Se a pessoa dependente não cumpria as regras ou deveres impostos pelos patronos e caciques ou se se atrevia a resistir, à primeira oportunidade seria objecto de retaliação, a qual se manifestaria, entre outras formas, em fornecer informações desfavoráveis sobre a pessoa em causa aos centros administrativos e políticos. Apontá-la-iam, por exemplo, como «rebelde» aos agentes da GNR (que patrulhavam a aldeia duas a quatro vezes por mês) ou denunciá-lo-iam aos diversos serviços estatais, particularmente à Repartição de Finanças, para que controlassem a família em questão. Como consequência destas denúncias, havia certo controlo fiscal, por exemplo, na obrigatoriedade do «manifesto do vinho» quando para a venda do mesmo, de requerimentos de licenças para possuir um cão, uma bicicleta ou motorizada, ou para construir anexos ou dependências da casa, etc..

Alguns notáveis locais monopolizavam os canais de comunicação com as instituições camarárias e bancárias, especializando-se até em diferentes campos: a Junta de Freguesia, e particularmente o seu presidente, em assuntos administrativos, por vezes políticos e financeiros; o regedor, enquanto guardião administrativo-policial local, em transgressões da lei, «crimes»⁽²⁸⁾, além de ser o principal elemento de contacto com agentes da GNR; o padre, mais acentuadamente na esfera religiosa e moral e, indirectamente, na política. O secretário da Junta de Freguesia, além da sua função formal, era sobretudo informador e fiador de empréstimos, bem como intermediário em toda a espécie de transacções e arranjos em questões financeiras relacionadas com heranças ou rixas internas no seio das famílias.

Embora o espaço político e a força que estes notáveis locais e caciques mantinham com as instâncias camarárias fossem reduzidos, comportavam-se frequentemente como miniguardiões da ordem existente. Sem grandes alaridos, usavam eficazmente

e em pequena escala todos os meios de pressão ao seu alcance para manter as suas posições de relevo.

Tanto na esfera pública como até mesmo na privada de cada família, nada ou pouco ocorria que não tivesse a iniciativa ou fosse do assentimento dos notáveis locais como, por exemplo, a venda de terrenos baldios a particulares, as colectas para a reparação da igreja, do cemitério ou do campo de futebol; a construção da nova escola, a instalação do telefone público, bem como a escolha do seu local, a saber, a casa do pároco e, mais tarde, a de um merceiro; a construção ou a reparação de estradas e de caminhos particularmente os que confinavam com prédios dos próprios notáveis; a distribuição das listas eleitorais, assim como a propaganda política; a prestação de informações, aliás arbitrarias, em requerimentos de subsídios de invalidez e velhice através da Casa do Povo, de pedidos de empréstimos bancários ou em processos migratórios, confirmando ou não que o requerente dispunha de bens e/ou meios financeiros suficientes quer para garantir os empréstimos quer para viajar como «turista», aliás forma oculta de emigrar, mas simultaneamente cara, pois nas décadas de 1960-70, o custo dos respectivos passaportes, pagando aos diversos intermediários, podia elevar-se a entre 5.000\$00 e 10.000\$00.

Até mesmo para penetrar nos meandros secretos da emigração clandestina, os candidatos-emigrantes dependiam do parecer, da informação ou intercessão dum intermediário que os conduzia a um passador que, por sua vez, os acompanhava à fronteira, pelo que tinham de pagar entre 8.000\$00 e 12.000\$00.

No após-25 de Abril de 1974, passado o período conturbado de 1974-75, o comando da aldeia seria retomado por um recém-activista do PSD, filho do antigo presidente da Junta de Freguesia, hoje funcionário do tribunal, cuja influência nos meandros da Justiça comarcã vários moradores de Aguaril temem.

Se bem que o seu pequeno poder seja ora sobrestimado por conterrâneos seus ora rejeitado e contestado por outros caciques concorrentes, ele constitui o principal mediador entre a maior parte dos habitantes de Aguaril (e até mesmo de freguesias circunvizinhas) e os notáveis do município. Tentando subir na hierarquia partidária do PSD, tem necessidade de aliciar na aldeia clientes que votem neste partido, servindo-se para tal da preponderância que a sua família detinha anteriormente, prestando «jeitos» e «favores» e liderando a construção de um «centro social», que se tomaria como que a marca do seu prestígio pessoal, para além do proveito para o «seu» partido.

O papel deste cacique caracteriza-se pela duplicidade: enquanto para os seus conterrâneos e clientes da aldeia cria, aliás com relativo sucesso, uma imagem de seguro e influente dirigente de orquestra, para com os notáveis e letrados da cidade apresenta-se como subserviente e lisonjeiro servidor.

3.4. Religião e política

Particularmente até à vaga emigratória de 1965-70, os moradores de Aguaril dedicavam uma parte do seu tempo aos costumes, rituais e festas religiosas. Cerca de 95% dos paroquianos cumpriam indefectivelmente a «desobriga» (confissão e

comunhão anual), 90% assistiam à missa dominical e um número razoável de devotos ao chamado terço vespertino. Era ainda frequente os camponeses e camponesas orarem, à tarde, por uns momentos e, à noite, em casa, a reza do terço em família era regularmente praticada por aproximadamente 2/3 das casas. Além disso, entre 20 e 30 pessoas, particularmente mulheres, assistiam regular ou esporadicamente às missas celebradas pelas «almas» dos seus parentes falecidos.

Periodicamente, uma vez por ano, tinham lugar tríduos e novenas, ou seja, jornadas intensivas respectivamente de três e nove dias, devotadas à meditação, acompanhadas de pregações, confissão e rezas, assim como de orações colectivas para obter favores dos santos e, eventualmente, de Deus. Neste sentido, levavam-se igualmente a cabo preces, ladainhas e procissões para o bom resultado das colheitas, particularmente quando os campos necessitavam prementemente da benfazeja chuva.

Peregrinações a pé a determinados locais «sagrados» (como, por exemplo, a romagem à «Senhora da Aparecida» a 15 de Agosto), constituíam e constituem ainda acontecimentos de alta monta. A nível da aldeia, são, porém, as festas religiosas anuais como o Natal, a Páscoa e do santo da aldeia (S. José) os acontecimentos que representam as expressões máximas de vivência festiva colectiva, sendo estas rotativamente preparadas por um grupo, composto de um «juiz» assistido por mordomos e mordomas.

Partindo do facto de as crenças e vivências religiosas enformarem o quotidiano dos moradores de Aguaril torna-se pertinente questionar até que ponto a religião constitui o factor decisivo para explicar o comportamento dos camponeses, o que tem sido apontado particularmente por autores funcionalistas⁽²⁹⁾.

Com justeza tem sido feita a distinção entre religião oficial católica e a religiosidade popular⁽³⁰⁾, cujas práticas se afastam, por vezes, consideravelmente, como veremos em seguida. Enquanto a primeira doutrinariamente se baseia em determinados dogmas e aponta para o deus inacessível, transcendente, a crença popular, nomeadamente campesina, manifesta formas de religiosidade de carácter animista e antropomórfico além de instrumental. Não obstante e embora o fenómeno religioso possua o seu campo de acção próprio e condicione fortemente a vida dos crentes, a função religiosa, quando enquadrada por um aparelho de poder — a Igreja — e exercida por profissionais operadores do culto — os padres — não possui um carácter apolítico. Daí considerarmos mais ajustada a abordagem de M. Bloch:

«Convém reparar primeiramente na política e depois na religião, vendo esta como o exercício duma forma particular de poder, do que fixar-se na religião fora do contexto político e considerá-la como a forma de "explicação"»⁽³¹⁾.

A formalização cerimonial da religião na missa, nas homilias e nos sermões dos padres, com a sua linguagem emocionalmente carregada, salpicada de sentenças latinas e acompanhada de canto gregoriano, além de outros cânticos colectivamente participados, tem servido para legitimar o que Max Weber tipifica de «dominação tradicional»⁽³²⁾.

Aos olhos de muitos crentes de Aguaril, mais importante que o conteúdo das homilias e demais prédicas era o estatuto de quem falava e a maneira solene como tal sucedia. Um pregador era tanto mais apreciado quanto mais retórico e imponente

se tornasse o seu sermão, apoiando-se para tal em gestos e frases, algumas delas latinas, plenas de força e vivacidade.

Pastoralmente nas homilias o padre procurava integrar elementos da vida quotidiana campesina na esfera do sacral, do transcendente e do misterioso. O significado concreto dos ritos de passagem (nascimento, puberdade, casamento e morte) eram transpostos para o quadro teológico da «vontade divina», da «origem» assim como do «destino» sobrenaturais de cada indivíduo. As festas e ritos anuais, que se encontravam ligados ao ciclo produtivo agrícola, eram transferidos para uma ordem transcendental divina.

Na vida quotidiana, o padre era o que Mannheim denominava o tradutor intelectual e moral dentro e fora da aldeia, a quem os camponeses «escutavam»⁽³³⁾.

Estrategicamente cabia ao padre sublimar a vida campesina, os seus aspectos de religiosidade «natural», da velha «solidariedade mecânica», não só duma maneira negativa, reforçando tabus, sentimentos de culpa, mas igualmente, de modo positivo, pela consagração «mágica» de actos místicos «sobrenaturais», tais como a comunhão, a participação orgânica no corpo eclesial e o consolo dum futuro «paraíso»...

O atentismo escatológico⁽³⁴⁾, ou seja, as expectativas messiânicas de salvação, a crença no poder miraculoso de Cristo, da Virgem e Mãe Maria, assim como dos santos padroeiros serviam às pessoas para ajudar a suportar o «mal» do seu «destino» e aceitar a pobreza e as contrariedades da vida diária.

Na versão clerical, os ateístas e os comunistas seriam a personificação do mal, da criminalidade e do diabo e, como tal, deveriam ser esconjurados. O próprio termo «comunismo» constituiria por si uma «blasfémia». Cada domingo rezava-se na igreja pela «conversão da Rússia e da China comunistas»...

Tentativas de «aggiornamento», de actualização da Igreja, mesmo a partir da cúpula eclesial no Concílio Vaticano II (tradução da missa do latim para o vernáculo, simplificação dos ritos) eram rejeitadas ou refreadas pelo tradicional corpo dos padres conservadores portugueses, como o de Aguaril e outros das freguesias circunvizinhas.

O padre preocupava-se pouco em melhorar substancialmente a condição concreta das famílias campesinas na aldeia como tão-pouco se interessava em acudir realmente aos seus problemas reais. Dos crentes esperava apenas um assentimento às suas sentenças, juízos morais ou até ordens. As famílias mais pobres deviam, de modo geral, adaptar-se mais ainda aos valores religiosos dominantes, a fim de obter a aprovação do padre.

Por regra, os padres de Aguaril e arredores distanciavam-se, todavia, dos problemas e conflitos quotidianos. Apelando à sua «vocação sobrenatural», aos seus conhecimentos especiais ou à pureza da doutrina⁽³⁵⁾, tornavam-se dificilmente responsabilizáveis em público, pretendendo actuar como se estivessem acima dos assuntos temporais ou «mundanos». Na realidade, interferiam claramente em determinadas situações políticas, incitando directa ou indirectamente na homilia dominical os crentes a votarem em determinados candidatos ou partidos conservadores, como sucedeu nas eleições presidenciais de 1958 em torno do candidato salazarista Américo Tomás contra o candidato da Oposição Humberto Delgado⁽³⁶⁾. Após o 25

de Abril de 1974, os padres de Aguaril e de freguesias circunvizinhas tomaram-se um elemento decisivo para que a ofensiva comandada pelo bispo de Braga e outros contra o Governo de Vasco Gonçalves surtisse efeito. Em 1980 apelariam implícita ou mesmo explicitamente a votar na AD, em vez de ficar em casa e abster-se (atitude que, em 1976, num contexto político diferente, tinham aconselhado), o que resultou favorável para a referida AD.

Por vezes, os padres de Aguaril e freguesias vizinhas tendiam subtilmente ora a apaziguar ora a estimular certos conflitos, condenando publicamente o comportamento de alguém, mas procurando lavar daí as suas mãos.

Particularmente até aos anos 1950-1960 a pressão do normativismo católico era muito forte, sancionando o comportamento quotidiano dos camponeses. Atitudes «desviantes» eram penalizadas com o desprezo, a marginalização ou, por vezes, a perseguição.

O controlo institucional, pela mão do padre, era patente na medida em que, intimidando os paroquianos com representações horroríferas do inferno, obrigava à compra de bulas papais para poder comer carne durante a quaresma; censurava publicamente os ausentes à missa dominical, os não casados catolicamente, os moradores que tivessem relações sexuais pré ou extramatrimoniais, nomeadamente os casos de ilegitimidade, «envergonhando» as mães solteiras e mulheres divorciadas; condenava pequenos «furtos» de cereais ou legumes por moradores necessitados, retaliava sobre os «infractores», negando-se a dar-lhes a comunhão, a fazer a visita pascal à casa do «transgressor» ou até requerendo junto do bispo a excomunhão para o «obstinado» devedor de primícias ou, finalmente, recusando-se a levantar o féretro da casa do falecido em dívida.

Em todos estes processos havia, portanto, o que Max Weber denomina uma «relação hierocrática»⁽³⁷⁾, em que o padre exercia uma coacção sociopsicológica na concessão ou na negação dos serviços religiosos. Quer pela confissão, quer pela informação das coscuvilheiras/os da aldeia, nomeadamente a sua criada, o padre controlava, de modo geral, a mundividência, assim como o comportamento da maioria das pessoas, desde o nascimento ao casamento e à sepultura.

O domínio clerical não era contudo total e, por vezes, era mesmo objecto de contestação por parte de alguns moradores, indiciando semelhantes situações de conflito existirem fricções entre a religião oficial católica e as formas de religiosidade popular dadas como «supersticiosas». São conhecidos alguns casos em freguesias da área concelhia em que, quando padres jovens e iconoclastas ditos «modernos» desprezavam as velhas crenças religiosas dos seus paroquianos, acabavam por não ser aceites na aldeia e até, por vezes, eram banidos.

Os habitantes de Aguaril, como aliás das freguesias em arredor, eram extremamente sensíveis e críticos à discrepância entre a norma proclamada e a prática dos padres, nomeadamente quando estes pregavam as virtudes da castidade e da pobreza e eles, por seu lado, prevaricavam na primeira e, quanto à segunda, exigiam intransigentemente dinheiro pelos serviços eclesiais, levando assim uma vida relativamente «luxuosa», comparada com a dos camponeses.

O padre, se bem que informado, nem sempre conseguia controlar todos os recantos da vida privada de cada família, além de lhe escapar o domínio dos lugares públicos de informação e «má língua»: o lavadouro para as mulheres e a taberna para os homens.

É ainda de salientar o facto de a população relativizar determinados dogmas sobre a eventual «existência» e representação do céu e do inferno, utilizando anedotas sexualmente picantes sobre a entrada no céu pela mão do S. Pedro ou gracejos como, por exemplo, dizer que no inferno seria mais (agradavelmente) quente que no céu, etc..

O pároco de Aguaril era, na opinião dos camponeses, demasiado demorado na missa e na homilia, particularmente quando cotejado com outros padres. Deste e comentários semelhantes pode deduzir-se que o padre seria tanto mais estimado quanto mais breve fosse na missa e, de modo geral, social e moralmente tolerante.

Contrariamente às prescrições bíblicas e normas eclesiásticas, alguns camponeses não tinham escrúpulos em executar alguns trabalhos agrícolas ao domingo, particularmente nas épocas de aperto.

Nas tabernas ouviam-se no dia a dia comentários, por vezes depreciativos, sobre as homilias ou pregações do padre, as confissões e particularmente os «handicaps» ou falhas físicas, nomeadamente o seu habitual gaguejar e repetir frases feitas.

As chamadas blasfémias e palavrões, amiudadamente usados entre os camponeses, possuíam uma função de válvula de escape, mormente em relação ao poderio clerical. Curioso é notar que vários dos que partiam para a cidade ou estrangeiro, acabavam por abandonar as práticas religiosas. Quando voltavam ou visitavam a aldeia iam «decentemente» à igreja, mas ainda aí simultaneamente para, após a missa, tratar de determinados assuntos ou encontrar conterrâneos e amigos.

Se bem que a maioria das famílias não pusesse objecções ao pagamento das primícias anuais ao padre, em compensação dos seus serviços paroquiais, havia certamente uma silenciosa discordância dos mais pobres pela inflexibilidade do padre na exigência da primícia, que, por vezes, seria mesmo irrazoável ou exagerada. O padre era então demasiado «avarento», «só queria para ele», pois mesmo às famílias mais pobres não «perdoava» as dízimas.

Um outro ponto melindroso, que dava ocasião a críticas, era a atitude do padre quanto à prática de relações sexuais. Se o padre, pronunciando-se publicamente, condenasse «deslizes» dos paroquianos por relações pré ou extramatrimoniais, mas, entretanto, pela calada, tivesse «escapadelas» sexuais sobretudo com mulheres da aldeia, tal representaria um forte abalo no seu prestígio moral e social, senão mesmo, por vezes, o fim da sua estadia na aldeia (são-nos, aliás, conhecidos casos de párocos de aldeias dos arredores).

Os camponeses reprovavam semelhantes atitudes dos padres não por puritanismo mas pela dupla moral, inerente a tal conduta. Há até exemplos de aldeias no Minho em que as pessoas não tomavam a mal que o padre tivesse relações sexuais, desde que fosse moralmente compreensivo e socialmente generoso, particularmente com os mais pobres, prescindindo nomeadamente do pagamento da cõngrua.

Resumindo, podemos concluir que a religião popular, embora se encontre em larga medida incorporada na religião oficial católica, mantém ainda em Aguaril (e demais aldeias circundantes) expressões visíveis entre os seus habitantes. Não obstante a tensão existente entre ambas, a «relação hierocrática» da Igreja e seus delegados locais — os padres — com os seus crentes normalmente acarreta consigo uma interferência coerciva não só no campo estritamente religioso mas também nas esferas económica, política e particularmente moral-ideológica. \

RESUMO E CONCLUSÃO

Do exposto poderíamos concluir que a dimensão sociopolítica, designadamente o funcionamento do sistema clientelar, teria assumido um papel decisivo e eficaz ao longo das diversas formações sociais contemporâneas, nomeadamente no curto período do após 25 de Abril.

A deficiente compreensão da lógica camponesa, a dificuldade de implementação de algumas medidas nem sempre adequadas às estratégias dos camponeses, além de outras incorrectas a nível da política de preços e da (in)segurança social, bem como a incapacidade das forças políticas de Esquerda em dismantelar a secular herança dos mecanismos de patrocínio local, reavivaram e reforçaram os velhos alinhamentos políticos dos camponeses aos representantes, de longa data implantados, do bloco conservador.

Formas de patrocínio em pequenas colectividades como Aguaril tornam-se tanto mais intensivas e personalizadas quanto mais tendencialmente centrípeto é o funcionamento da economia e organização social locais. Porém, para que tal se verifique, importa entrar em linha de conta com um outro pressuposto, igualmente presente em Aguaril: a desigualdade no controlo de recursos já económicos já organizativo-políticos. O facto de algumas famílias deterem maior controlo de meios de poder económico e político torna indispensável por parte de moradores pobres e dependentes o recurso a essas famílias fundamentalmente para obter trabalho e/ou terra arrendada em ordem à própria subsistência. Por outro lado, dadas as fontes de poder serem limitadas e monopolizadas por alguns agentes sociais ou entidades internas ou externas à aldeia, a mediação de patronos com a sociedade envolvente, nomeadamente para romper as barreiras dos aparelhos burocrático-administrativos camarários e estatais, tornava-se igualmente necessária mesmo para os moradores que se encontrassem na posse dum mínimo de recursos económicos próprios.

A religião-salvação, sendo doutrinariamente construída por grupos privilegiados, seria posteriormente transformada e assumida por estratos não privilegiados como os camponeses. Enquanto para estes a religião adquire uma função de compensação, para os padres como o de Aguaril trata-se de legitimar⁽³⁸⁾ o seu papel de medianeiros religiosos e profissionais dum aparelho altamente centralizado e hierarquizado, por um lado e, por outro, o de guias e patronos da «sua» colectividade.

Assim sendo, o poder clerical, embora contestado e abalado, particularmente na

última década, com o ressurgir de patronos concorrentes pela via partidária, predomina em aldeias como Aguaril.

Devido ao normativismo imposto pela Igreja católica, ao controlo social, os valores e as normas eclesiásticas têm adquirido mais uma outra função: a submissão dos camponeses, camponesas e demais habitantes dependentes ao poder instituído e a defesa do *statu quo* de desigualdade social — tudo em nome da «vontade» ou «destino» divinos!

ANEXO I

Resultados eleitorais por freguesias no Norte e Centro (1976)

FORMAÇÕES POLÍTICAS	NORTE		CENTRO	
	Maioria absoluta	Maioria relativa	Maioria absoluta	Maioria relativa
CDS	126	121	135	116
PPD/PSD	347	248	265	181
PS	104	257	135	173
FEPU	1	8	3	6
Grupos independentes	34	21	33	21
	612	655	571	479

FORNTE: Alarcão, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7-8, 1981 : 345.

ANEXO II

Índices de compra de produtos não agrícolas (IPC) e venda de produtos agrícolas (IPV)

A N O	IPC	IPV	IPC / IPV
1958	92	95	0.968
1959	93	96	0.969
1960	96	99	0.969
1961	96	99	0.969
1962	97	98	0.989
1963	100	100	1.000
1964	102	104	0.981
1965	107	112	0.955
1966	113	126	0.897
1967	117	128	0.914
1968	122	128	0.953
1969	134	141	0.950
1970	151	149	1.013
1971	147	163	0.902
1972	151	181	0.889
1973	180	212	0.849
1974	226	245	0.922
1975	265	248	1.068
1976	311	341	0.812

FORNTE: INE, *Contas Nacionais e Anuários Estatísticos: quadro de F. Ribeiro Mendes, -O sector agrícola, a economia nacional e as relações de troca intersectoriais- (1950-1980)*, Lisboa: Instituto Superior de Economia, 1981 : 26.

IPC = Índices de Produtos Comprados
IPV = Índices de Produtos Vendidos

NOTAS

- (1) Sobre o fim do Antigo Regime cf. A. Silbert, «Le Portugal a la fin de l'Ancien Regime», vol. I, Lisboa, Livros Horizonte, 1978 (1966), p. 79. Nos séculos XIX e XX cf. J. Oliveira Martins in A. Silbert «Le collectivisme agraire au Portugal: histoire d'un probleme», Lisboa, 1960, p. 51; J. Silva Dias, «O vintismo: realidades e estrangulamentos políticos» in *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1979, pp. 303-308; N. G. Monteiro, «Sociedade rural e Miguelismo. Alguns problemas e hipóteses de investigação», Lisboa, ISCTE, 1982. Sobre a I República cf. V. P. Valente, «O poder e o povo. A revolução de 1910», Lisboa, Dom Quixote, 1973, pp. 156 e seg.. Sobre o após 25 de Abril de 1974 cf. T. Gallagher, «Peasant Conservatism in Portugal» in *Iberian Studies*, vol. VI, 1977, pp. 63-64; J. Tavares, «Les paysans, l'église et la politique» in *Temps Modernes*, n.º 360, 1976, pp. 2234-2274; C. Collin, «La contre-revolution dans les campagnes portugaises» in *Temps Modernes*, n.º 351, 1975, p. 391 e seg.; J. Madureira Pinto, «Condição camponesa e abstenções» in *Praxis*, n.º 9/10, 1980, pp. 3-41, e «Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal» in *Análise Social*, n.º 70, vol. XVIII, 1982, pp. 107-136; J. Ferreira de Almeida, «Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês» in *Análise Social*, n.º 84, vol. XX, 1984, pp. 583-620; e nós próprios, M. C. Silva e M. v. Toor, «Sobreviver e resistir como camponeses», Amesterdão, Universidade de Amesterdão, 1982, pp. 5-16 e 216-222 (polic.).
- (2) Decreto-Lei 201/75 sobre o arrendamento rural, Decreto-Lei 251/75 sobre o crédito agrícola de emergência, Lei 39/76 sobre os baldios. Ver também a própria Constituição de 1976 (art.º 96-102).
- (3) J. Salvador, «Camponeses de Barcouços», Coimbra, Centelha, 1977 : 9.
- (4) Segundo Moreira Alves, um sargento em resposta à «desconfiança» e «apatia» dos camponeses, colocou a sua pistola na mesa e gritou que, se a revolução não se realizasse a bem, dar-se-ia a mal (M. Moreira Alves, «De portugese soldaten en het socialisme», Baarn, In den Toren, 1976, p. 101).
- (5) Cf. J. A. G. Burguete, «O caso de Rio Maior», Lisboa, O Século, 1977, Dossier Terrorismo, Lisboa, Avante, 1977; A. Barros, «A reforma agrária em Portugal: das ocupações de terra à formação das novas unidades de produção», Oeiras, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1979, p. 73.
- (6) Cf. estudo de A. Alarcão, «"Comportamento" político dos cidadãos em regiões de "pequena" agricultura» in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Coimbra, 1981, pp. 345 e 355.
- (7) Cf. respectivamente J. Riegelhaupt, «Camponeses e política no Portugal de Salazar» in *Análise Social*, n.º 59, vol. XV, 1979, p. 511; E. Wolf, «Peasants», New Jersey, Prentice Hall, Inc, 1966, p. 83 e seg.; J. Boissevain, «When the Saints go marching out» in Gellner and Waterbury (org.), *Patrons and Clients in Mediterranean societies*, London, 1977, pp. 81-95.
- (8) F. G. Bailey, «Stratagems and spoils. A social anthropology of politics», Oxford, Basil Blackwell, 1970, e «Parapolitical systems» in Marc J. Swarz (ed), *Local level politics*, Chicago, Aldine Press, 1968, pp. 281-294; G. Huizer, «Peasant Rebellion in Latin America», Middlesex, Penguin Books; A. Blok, «The Mafia of a Sicilian Village», New York, Harper and Row, 1974; A. Weingrod, «Patronage and power» in Gellner and Waterbury (ed), *op. cit.*, 1977, pp. 41-51; M. Bloch, «Symbols Song, Dance and Features of Articulation: is religion an extreme form of traditional authority?» in *Archives Europeennes de Sociologie*, XV, n.º 1, Plon, 1974, pp. 55-81. Entre autores funcionalistas susceptíveis de crítica, do prisma da abordagem das relações de poder, refram-se, entre outros, A. Kroeber, «Anthropology», Harcourt, Brace and World, 1948; J. Pitt-

- Rivers, «The people of the Sierra», Chicago, The University of Chicago Press, 1971 (1954), e, entre nós, J. Dias, «Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril», Porto, Tipografia Imprensa Portuguesa, 1953, pp. 15, 67, 542-547, e «Contribution to portuguese anthropology», Johannesburg, Witwaterstrand University Press, 1964.
- (9) J. Boissevain, *op. cit.*, 1977, pp. 89-90.
- (10) J. Riegelhaupt, *op. cit.*, 1979, pp. 503-523; J. Cutileiro, «Ricos e pobres no Alentejo», Lisboa, Sá da Costa, 1977 (1971), pp. 171 e seg.; J. M. Sobral e P. T. Almeida, «Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901» in *Análise Social*, n.º 72-73-74, 1982, pp. 649-672; J. Madureira Pinto, «Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos», Porto, Afrontamento, 1985, pp. 395-400; J. Ferreira de Almeida, «Classes sociais nos campos», Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1986, p. 361 e seg.; M. C. Silva e M. v. Toor, *op. cit.*, 1982, p. 212 e seg..
- (11) Cf. nota 8 e J. Boissevain, *op. cit.*, 1977, pp. 82-95, «Saints and Fireworks. Religion and Politics in Rural Malta», London, London School of Economics, 1965, «Patronage in Sicily» in *Man*, vol. I, 1966, pp. 18-33.
- (12) A. Sérgio, «Breve interpretação da história de Portugal», Lisboa, Sá da Costa, 1972, p. 137; J. Oliveira Martins, «Portugal contemporâneo», vol. II, 1976 (1894), p. 24 e seg..
Ressalvando conclusões de eventuais estudos concretos, fragmentos empíricos de diversas ocorrências e vivências em meio urbano especialmente no sector administrativo indiciam que as relações clientelares, se bem que mais intensas nas colectividades rurais, deverão provavelmente (ainda) impregnar as relações sociais urbanas na actual formação social portuguesa.
- (13) Por «Anstalt» («associação compulsiva») entende Weber um «grupo corporativo, cuja ordem estabelecida, dentro duma dada esfera específica de actividade, tem sido imposta com sucesso sobre todo e cada indivíduo que se conforma com certos critérios específicos» (M. Weber, «The theory of social and economic organisation», London, William Hodge and company, Henderson and Parsons (ed), 1947 (1922), p. 138; cf. também edição actualizada *Economy and Society*, California, University California Press, Guenther Roth & Claus Wittich, 1978.
- (14) In *Jornal do Agricultor*, 1, 1976, p. 18.
- (15) In F. Oliveira Baptista, «Portugal 1975 — os campos», Porto, Afrontamento, 1978, p. 101.
- (16) Cf. igualmente in F. Oliveira Baptista, *op. cit.*, 1978, p. 98, e J. Madureira Pinto, «Solidariedade e vizinhança e oposições de classe em meio rural» in *Análise Social*, n.º 66, vol. XVII, 1981, pp. 219-220.
- (17) Cf. estudo de A. Alarcão, *op. cit.*, 1981, p. 345. Cf. também A. Bandarra e N. Jazra, «A estrutura agrária portuguesa "transformada"», Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976, p. 42.
- (18) Cf. M. C. Silva e M. v. Toor, *op. cit.*, 1982, pp. 83-114.
- (19) In M. Moreira Alves, *op. cit.*, 1976, p. 101.
- (20) K. Maxwell in *New York Review Books*, de 17-4-1975, p. 33, in T. Galagher, *op. cit.*, 1977, p. 6.
- (21) Uma pipa de vinho = 500 litros; um carro de pão = 600 quilos; uma rasa de feijão ou milho = 13 quilos.
- (22) Respectivamente J. Dias, *op. cit.*, 1953, pp. 542-547, e, por contraposição, numa interpretação da entreaajuda baseada em cálculo económico e manipulação de parentes, vizinhos e amigos, cf. respectivamente, M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 292 e seg.; J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1981, p. 199 e seg.; R. Iturra, «Strategies in Social

- Recruitment: a Case of Mutual Help in Rural Galicia» in M. Stuchlik (org), *Goals and Behavior*, Belfast, 1976, pp. 75-93.
- (23) Sobre este pormenor cf. já em P. Descamps, «Le Portugal: la vie sociale actuelle», Paris, Firmin & Didot, 1935, p. 6.
- (24) Acerca da distinção entre poder formal e informal cf. Harding, «Women and words in a spanish village» in Rayna Reiter (org), New York, Monthly Review Press, 1975, pp. 283-308, e especificamente sobre Portugal, cf. J. Riegelhaupt, «Salio Women: an analysis of informal and formal political and economic roles of portuguese peasant women» in *Anthropological Quartely*, vol. 40, n.º 3, 1967, pp. 109-126.
- (25) Iguualmente constatado em Trás-os-Montes por B. O'Neil, fenómeno a que, no nosso entender, não deve ser estranho o elevado índice de ilegitimidade constatado por este autor (B. O'Neil, «Proprietários, Lavradores e Jornaleiros», Lisboa, Imprensa Nacional, 1984, p. 365 e seg.), e, no Alentejo, por J. Cutileiro, *op. cit.*, 1977 (1971), pp. 320-325.
- (26) Tal como muito justamente observa Mauss: «Dar é deixar transparecer a sua superioridade, aceitar sem devolver é submeter-se» (Mauss in C. Meillassoux, «Terrains et theories», Paris, Anthropos, 1977, p. 25).
- (27) Iguualmente já referido por J. Riegelhaupt, *op. cit.*, 1979, p. 513.
- (28) Por exemplo, referem os moradores como até cerca de 1965, em Aguaril, em caso de furtos, a «justiça» era exercida in loco pelo presidente da Junta e/ou pelo regedor, os quais, por si e, mais tarde, em convívência com a GNR, infligiam aos infractores castigos corporais e sovas até confessarem o seu «crime», sendo de referir que dos dois casos mais espectaculares as «vítimas» eram artesãos pobres e jornaleiros.
- (29) Entre outros, A. Kroeber, *op. cit.*, 1948; J. Pitt-Rivers, *op. cit.*, 1971 (1954); J. Dias, *op. cit.*, 1953 e 1964.
- (30) Por exemplo, M. Espírito Santo, «A religião popular portuguesa», Lisboa, Regra do Jogo, 1984; J. Riegelhaupt, «Festas and Padres: the organisation of religious action» in *American Anthropologist*, n.º 3, 1973, pp. 835-852, e «O significado religioso do anticlericalismo popular» in *Análise Social*, n.º 72-73-74, 1982, pp. 1213-1229; J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1985, p. 143 e seg., e J. Ferreira de Almeida, *op. cit.*, 1986, p. 320 e seg.; J. Pina Cabral, «O pároco rural e o conflito entre visões do mundo no Minho» in *Estudos Contemporâneos*, n.º 2-3, 1981, p. 93 e seg. Sobre esta temática cf. já M. Weber, *op. cit.*, 1978, p. 403 e seg..
- (31) M. Bloch, *op. cit.*, 1974, p. 79.
- (32) M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), pp. 301, 317. Para a compreensão e desenvolvimento desta temática cf. V. Bader e outros, «Einführung in die Gesellschaftstheorie. Gesellschaft, Wirtschaft und Staat bei Marx und Weber», Frankfurt Main, Campus.
- (33) K. Mannheim, «Ideologia e utopia», Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976 (1929), p. 38. Sobre a sublimação religiosa, transcendental dos ritos de passagem, cf. E. Wolf, *op. cit.*, 1966, p. 101; J. Madureira Pinto, *op. cit.*, 1980, pp. 17, 33.
- (34) Consultar a este respeito M. Weber, *op. cit.*, 1978, pp. 518-522, bem como A. Gramsci acerca dos «estados de espírito religioso» in «Selections from the prison notebooks», London, Lawrence and Wishart, 1971.
- (35) Para explicitar este aspecto cf. M. Weber, *op. cit.*, 1978, pp. 425-426; e K. Mannheim, *op. cit.*, 1976 (1929), p. 39.
- (36) Nessa altura a autoridade da Igreja sofreu uns quantos abanões tanto nas cidades como, em menor medida, nos campos. O comprometimento da Igreja com o regime salazarista tornara-se demasiado transparente, sendo assim abertamente co-responsável pela política seguida e legitimando a exploração e opressão do povo português, a desigualdade social existente e a escalada da guerra colonial em África.

Ao reduzidíssimo número de padres progressistas (entre outros, os padres Mário de Oliveira e Felicidade Alves) que ousaram criticar publicamente a orientação conservadora da Igreja, tornou-se-lhes a vida impossível. Esforços de bispos, como o do Porto, assim como padres no intuito de restabelecer a abalada imagem da Igreja eram contidos e disciplinarmente controlados pela hierarquia episcopal e, particularmente, pelo Cardeal Cerejeira, além de politicamente reprimidos pelo «Estado Novo».

(37) M. Weber, *op. cit.*, 1947 (1922), p. 141.

Se bem que a génese e o desenvolvimento da função clerical se relacione historicamente também com a posse de determinados conhecimentos sobre as culturas agrícolas, a gestão de recursos em crises cerealíferas, as estratégias de defesa territorial (cf. Goudsblom, «Priesters and krijgers», in *Vrij Nederland*, Abril, 1986), nas épocas moderna e sobretudo contemporânea tais funções, além de preenchidas por outras instituições e actores, estão desprovidas desse sentido original, ressaltando cada vez mais o aspecto de controlo moral e político-ideológico.

(38) M. Weber, *op. cit.*, 1978, pp. 486-492.